

# Brasília faz 21 anos debatendo o direito à representação política

O GLOBO

21. ABR 1981

**BRASILIA (O GLOBO)** — Com uma população estimada em 1 milhão e 300 mil habitantes, Brasília completa hoje 21 anos de idade em meio a um debate, do qual participam os setores representativos de sua sociedade, sobre se deve ou não ter representação política.

Depois de amanhã, esse tema reunirá, pela primeira vez em discussão pública, os presidentes do PMDB, deputado Ulysses Guimarães; do PP, senador Tancredo Neves; do PDT, ex-governador Leonel Brizola, e do PT, Luis Inácio da Silva, Lula.

A reivindicação de eleições em Brasília é antiga, mas a luta por sua conquista só se tornou permanente após a reformulação partidária, quando os novos partidos sentiram a necessidade de se estruturarem na capital da República. Nas últimas semanas, o Governo passou também a se preocupar com a questão eleitoral em Brasília. O deputado Edson Lobão (MA), vice-líder do PDS, apresentou uma proposta autorizando os eleitores inscritos em Brasília a votarem nas eleições de 1982 nos Estados em que desejarem. Essa proposta é bem vista no Palácio do Planalto.

Outra sugestão que teve boa receptividade junto aos assessores políticos do presidente Figueiredo foi a do chefe da Casa Civil do Governo do Distrito Federal, Paulo José Martins dos Santos, no sentido de que as cidades-satélites escolham vereadores, enquanto seus prefeitos seriam nomeados.

As oposições, as representações sindicais e a Associação Comercial insistem em uma representação mais ampla, com eleição de deputados federais e senadores. Todas essas entidades estão hoje representadas no Comitê pelo Voto.

O Distrito Federal, além do Plano Piloto — onde estão localizadas a estrutura administrativa e as residências das pessoas de maior poder aquisitivo — tem nove cidades-satélites: Cruzeiro, Guarã, Núcleo Bandeirante, Taguatinga, Ceilândia, Gama, Sobradinho, Planaltina e Brazlândia. A maior delas, com uma população estimada pela Codeplan em 260 mil habitantes, é a Ceilândia, cujos habitantes moraram, anteriormente, nas diversas favelas formadas durante a construção na nova capital.

Ceilândia, definida pelo escritor argentino Júlio Cortázar como a maior favela da América Latina, tem uma infraestrutura urbana carente, na qual os serviços básicos — água, luz, esgoto, transportes, entre outros — são insuficientes.

Junto a Ceilândia fica Taguatinga, com 230 mil habitantes e vida praticamente in-

dependente em muitos setores, como comércio, lazer e outros. A terceira cidade-satélite em população é Gama, com 170 mil habitantes. As outras são menores, mas algumas já são cidades estruturadas, como Planaltina, cuja existência é anterior à criação de Brasília.

## ● ORGANIZAÇÃO POLITICA

Antes da reformulação partidária, a atuação dos partidos políticos em Brasília se limitava ao Congresso Nacional, onde representantes dos vários Estados e Territórios faziam a vida política da cidade. Há, no Senado, uma Comissão do Distrito Federal, cuja atuação se desenvolveu nos últimos anos em virtude da organização política na cidade.

A falta de eleições gerou na capital a falta da República um fenômeno curioso: as disputas pelas direções dos clubes recreativos passaram a ser acompanhadas não apenas por seus associados, mas por toda a população, que assiste pelos jornais, rádios e televisões as campanhas.

Com a criação dos novos partidos, a atividade partidária chegou a Brasília. Dois partidos — PMDB e PT — estão organizados em todo o Distrito Federal. O PT só não tem núcleo em Brazlândia, enquanto o PMDB tem diretórios em todas as localidades do Distrito Federal.

O PMDB é hoje o maior partido em Brasília, onde tem cerca de 3.200 filiados. Gama e Ceilândia são as cidades de maior penetração do PMDB. O PT é o segundo partido, com 1.200 militantes. O PDT aos poucos vai se organizando, enquanto o PDS e o PP ainda não foram formalmente criados em Brasília, embora já haja articulações nesse sentido.

## ● NA PAUTA

Os partidos de oposição já decidiram incluir na pauta de negociações das reformas eleitorais a questão da representação política em Brasília. O PMDB, por exemplo, está consolidando as propostas apresentadas pelo senador Itamar Franco (MG) e pelo deputado Eptácio Cafeteira (MA), para submeter, juntamente com suas outras propostas eleitorais, a negociação política.

O relator da Comissão Eleitoral do PMDB, deputado José Costa (AL), informou que este será um dos pontos importantes das propostas de seu partido. O PT e o PDT informaram também que lutarão pela representação política durante a tramitação da reforma eleitoral.

NO PDS, a questão é tida como de solução a longo prazo. Isso não impede, contudo, que assessores do presidente Figueiredo considerem positivas algumas das propostas formuladas nas últimas semanas, como a de Lobão e a do secretário Paulo José Santos.

A proposta de Lobão foi encaminhada à Comissão Eleitoral do PDS, levando, portanto, o debate da representação política do DF para dentro do partido governista. A proposta, entretanto, é considerada inadequada, pois não permite aos brasileiros a eleição de seus representantes. O Distrito Federal, caso a proposta de Lobão seja aprovada, continuará sem escolher representantes para a defesa de seus interesses no Legislativo.

A sugestão do secretário Paulo José Santos — eleição direta para Câmara de Vereadores nas cidades-satélites — agradeceu aos integrantes da Comissão do Distrito Federal do Senado. Essa proposta é considerada insatisfatória pelos sindicatos e pelas oposições, mas há o reconhecimento de que em relação ao quadro atual é um avanço.

## ● POSIÇÃO DO PDS

O deputado Prisco Viana, secretário-geral do PDS, resumiu numa única frase a posição de seu partido quanto à representação política do Distrito Federal:

— Não sinto que isso possa ser resolvido muito breve e acho que ainda vai demorar um pouco.

Prisco Viana sabe do que está falando, pois desde que assumiu a Secretaria do PDS vem recebendo comissões de brasileiros que vão pedir-lhe para que se empenhe pela representação política do Distrito Federal.

— Na época da reforma eleitoral — conta Prisco — fui procurado diversas vezes por essas comissões, que me trouxe a aspiração de um vasto setor empresarial da cidade. Procuramos, mas infelizmente não foi possível encontrar uma solução.

Na verdade, a questão está colocada para o partido do Governo há mais tempo. O secretário Nelson Marchezan, hoje presidente da Câmara, conviveu durante todo seu mandato na Arena com uma ala jovem de partido em Brasília. Esse organismo fez algumas promoções, emitiu notas contrárias às greves estudantis da cidade e, posteriormente, fechou suas portas. Na época da reforma eleitoral, um grupo de empresários locais tentou organizar o PDS na capital, mas foi desencorajado pelo próprio Governo.

O governo Federal acredita — e nisso é secundado pelos principais líderes pedesistas — que a capital goza de muitos privilégios, tem boa parte de seus problemas resolvidos pelo Governo central e, por isso, deve ser "politicamente assexuada". Na capital da República, pensam os governantes, não deve existir o risco do conflito, que possa vir a quebrar a neutralidade necessária a uma administração pública isenta e eficiente.